

Migração Clandestina e o Tráfico de Mulheres

Nos últimos tempos o drama da imigração clandestina tem aberto telejornais, tem sido manchete de rádios e jornais, tem objectivado a realização de inúmeras reuniões a nível nacional, regional e internacional em vários países mas, sobretudo, tem levado a morte, o sofrimento e a precariedade a um número demasiado elevado de seres humanos, oriundos, na sua grande maioria, desta nossa África, continente de condenados da terra no dizer impressionante de Franz Fanon.

Quem não viu as fotos dilacerantes de dezenas, senão centenas de seres humanos amontoados em precárias embarcações, tornados navios negreiros da modernidade, que, de olhar perdido e rostos esqueléticos, procuram desembarcar nas “terras da promessa”, quando essas mesmas embarcações não se transformam em cemitérios flutuantes sem sequer um ponto aonde ancorar?

Na origem do problema estão factores já identificados como as guerras e outros conflitos armados, a fome, a doença e a pobreza, a corrupção nas instituições públicas e privadas, a intolerância política e religiosa, os desastres naturais, todos geradores de falta de oportunidades de emprego nos países de origem. Os imigrantes são então atraídos pelas “terras da promessa” onde supostamente irão encontrar salários mais altos, melhores oportunidades de emprego, saúde e educação, melhor comportamento entre as pessoas, estabilidade política, tolerância religiosa, relativa liberdade, normalmente países que gozam de boa reputação.

Do muito que já se disse, sem se conseguir encontrar a solução do problema, que é extremamente complexo importa reter é que os imigrantes são, em primeiro lugar e acima de tudo, seres humanos com direitos humanos. Além disso, há duas ou três ideias que cabe realçar, pela justeza do raciocínio que lhes está subjacente: a primeira é que há que criar condições para que as pessoas não tenham de deixar a sua terra natal para poderem trabalhar e viver com um mínimo de dignidade; a segunda é que há que garantir o direito de ir e vir a todos e que os países que são demandados pelos imigrantes não podem simplesmente “barricar” as suas fronteiras mas sim definir políticas migratórias correctas que correspondam aos interesses económicos e salvaguardem os direitos humanos; e a terceira é que há que reprimir o crime transnacional organizado e o tráfico de pessoas, que fomenta as redes de imigração clandestina, aproveitando-se da vulnerabilidade das vítimas para lhes extorquir tudo o que puderem.

Muito haveria para dizer sobre este flagelo que se exponenciou no dealbar do século XXI mas a reflexão que eu gostaria de fazer, prende-se com um aspecto específico deste fenómeno, o tráfico de mulheres.

Em cada ano entre 600.00 a 800.00 mulheres, homens e crianças são transportados clandestinamente através das fronteiras internacionais. Destes, a maior parcela – até 80% – é constituída por mulheres e raparigas. Até 50% são crianças de ambos os sexos.

As estatísticas demonstram que nos últimos 40 anos o número de mulheres que migraram é quase igual ao número de homens.

Em África a pobreza generalizada, as doenças, a degradação dos solos e as elevadas taxas de desemprego masculino estão a contribuir para o aumento permanente do número de mulheres migrantes, com taxas superiores à média mundial.

E se a situação das mulheres migrantes documentadas ou em situação regular é já muito difícil e interpela a atenção dos governos, das Organizações Internacionais e das entidades nacionais para que os seus direitos humanos possam ser respeitados, tal situação torna-se extremamente precária e degradante quando nos confrontamos com as mulheres vítimas de tráfico ou migrantes em situação irregular, que se dedicam essencialmente a trabalhadoras domésticas e profissionais do sexo.

Através deste fenómeno milhares de mulheres estão excluídas da cidadania, não conhecem seus direitos políticos e, muitas vezes quando os conhecem, eles não são respeitados.

As suas condições de saúde, moradia, acesso aos bens, condições de trabalho, emprego, educação, lazer, ainda requerem muita luta para que sejam minimamente satisfatórias.

As acções afirmativas empreendidas seja pela comunidade internacional seja por entidades nacionais, dos países de acolhimento, nomeadamente as organizações de mulheres são assim imprescindíveis pois as exclusões que as mulheres migrantes sofrem são objectivas, vistos e necessários indicadores sociais, como nos mostram o relatório da UNFPA sobre a situação da população mundial 2006 que muito pertinentemente destaca o tráfico de mulheres e a exploração das trabalhadoras domésticas.

Cabo Verde não tem tido problemas graves com o tráfico de mulheres e a prostituição forçada mas é uma situação que cabe aprofundar e acompanhar, pois o processo de desenvolvimento turístico em curso, se se não prevenir, pode trazer impactos negativos sobre este fenómeno. Aliás, já é notório o aumento do número de mulheres que, dos países da costa ocidental africana, imigraram para Cabo Verde, onde normalmente vem trabalhar em áreas relacionadas com a indústria do turismo, *maxime* como profissionais do sexo e como empregadas domésticas ou vendedeiras ambulantes.

Importa contudo não esquecer que o tráfico de mulheres para Cabo Verde começou com a própria génese da Nação, pois no seio dos escravos africanos que vieram do continente, grande parte eram mulheres, assim como grande parte do horrendo e vergonhoso tráfico negreiro dos séculos XVI a XIX foi feito com mulheres.

A modernidade trouxe uma face na migração feminina agora já a partir das ilhas. Efectivamente a fome e o abandono a que as ilhas viveram determinaram não só uma importante emigração masculina mas também a saída significativa de grande número de mulheres para outros países nomeadamente, Senegal, Portugal, Estados Unidos e Itália. Só neste último país as mulheres constituem cerca de 85% de todos os caboverdianos aí imigrantes, de acordo com o relatório supra mencionado.

Embora a situação da grande maioria das mulheres imigrantes seja difícil e a maior percentagem se dedique às funções de empregadas domésticas e similares, importa assinalar que o Estado de Cabo Verde vem trabalhando

activamente para, em parceria com os países de acolhimento, procurar melhorar a situação das mulheres trabalhadoras migrantes caboverdianas.

A Convenção Internacional sobre a protecção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e do seu agregado familiar, adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 18 de Dezembro de 1990 fornece um quadro extremamente amplo, géneros e minucioso para a resolução dos problemas que enfrenta a população migrante e para salvaguarda dos seus direitos humanos.

Mister é que esta convenção seja ratificada por um número significativo de Estados, e sobretudo que ela possa ser aplicada nos países de acolhimento dos migrantes, para que estes possam promover condições sãs, equilibradas e dignas no que se refere às migrações internacionais.

Gostaria de terminar dando um salto no futuro, questionar se os migrantes que procuram por todos os meios deixar os seus países de origem para chegar às terras prometidas da Europa e da América, não serão os pioneiros de uma nova ordem universal em que a mobilidade, enfim erigida como um direito inalienável, irá determinar uma emergente comunidade mundial de maior mestiçagem, de maior tolerância, que possa promover uma distribuição mais equitativa da riqueza dentro e entre as nações e promover a erradicação da pobreza como um imperativo ético.

Mais africanos na Europa, mais hispânicos nos Estados Unidos da América, mais americanos na Ásia, mais asiáticos em África... ou seja, cada continente terá uma maior percentagem de gente oriunda dos outros continentes o que irá gerar, necessariamente, um novo diálogo entre culturas e a tal nova geografia humana universal mais tolerante que activamente desejamos.

Não seria a primeira vez que a África e os africanos protagonizariam movimentos do tipo. Relatos históricos dão-nos conta de que a África tem como singularidade absoluta o facto de os seus povos autóctones terem sido os progenitores de todas as populações humanas do planeta o que faz do continente africano o berço da espécie humana.

Segundo alguns historiadores a população humana ancestral que deixou o continente africano pela primeira vez há aproximadamente cem mil anos, tinha apenas dois mil indivíduos e migrou progressivamente para os outros continentes atingindo a Ásia e a Austrália há quarenta mil anos, a Europa há cerca de trinta a trinta e cinco mil anos e finalmente a América há dezoito mil anos.

Uma outra singularidade haveria de marcar o continente africano com tremendas repercussões, contudo, no seu destino e determinando a África com as vulnerabilidades que tem hoje: trata-se da escravidão racial e do tráfico transoceânico de seres humanos em grande escala.

Efectivamente durante cerca de um milénio o continente africano foi transformado num verdadeiro terreno de caça humana e as deportações massivas de africanos foram metodicamente organizadas desde o século VIII, primeiro pelos árabes do Oriente Médio, e a partir do século XVI pelos povos da Europa Ocidental que realizaram através do Oceano Atlântico, um horrendo, devastador e humilhante tráfico negreiro.

O impacto negativo da escravidão e do tráfico negreiro sobre o desenvolvimento do continente foi catastrófico e está na génese de grande parte dos males com que a África se debate actualmente, *maxime* o drama da imigração clandestina.

Seria assim no mínimo desejável que, ao menos por uma vez, se pudesse encontrar a solução para um problema que aflige a humanidade com um pouco menos de sofrimento e dor para uma parcela já muito maltratada dessa mesma humanidade, na circunstância os imigrantes clandestinos africanos.

A previsão é de um aumento sustentado das migrações neste século XXI, assim, ao mesmo tempo que propugnamos por uma justa, correcta e equitativa solução do problema da imigração clandestina, formulamos activamente votos que o continente africano, pátria de Leopold Sedar Senghor, cujo centenário de nascimento se comemorou em Outubro, de Amílcar Cabral, de Ki-Zerbo, de Nelson Mandela e de Wole Soyinka entre tantos outros seres humanos de excepção, possa um dia vir a ser a terra da promessa... para todos os africanos.

Vera Duarte